

## *A presença invisível: o papel da mulher no projeto civilizador ultramontano*

*The invisible presence: the role of women in the ultramontane civilizing project*

**Ana Rosa Clochet da Silva**

Professora da Faculdade de História e do  
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas)  
anaclochet@gmail.com

**Emily Bueno Pereira**

Graduanda em História  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas)  
emilybuenopereira@icloud.com

**Recebido:** 02/09/2022

**Aprovado:** 29/04/2023

**Resumo:** O presente artigo analisa o papel conferido às mulheres no âmbito do projeto civilizador ultramontano, no Brasil da segunda metade do século XIX. Para tanto, toma como fonte o jornal *A Cruz*, editado no Rio de Janeiro entre 1861 e 1864, analisando de que maneira a condição feminina foi concebida e moldada em suas páginas, a partir dos significados mais amplos, associados ao par conceitual *civilização-cristianismo*. Especificamente, averigua as associações da mulher ao lugar doméstico da família, da educação moral e religiosa dos filhos, assim como à condição das mulheres leitoras. Para tanto incorpora o instrumental metodológico da Análise de Discurso, aliado à História dos Conceitos, de maneira a averiguar como a condição feminina foi interpretada a partir do conceito de civilização ultramontano e como, a partir de sua inserção circunstancial na sociedade brasileira da época, ajudou a moldá-lo. Por fim, alia-se ao uso historiográfico da categoria de gênero, operacional para os objetivos propostos.

**Palavras-chave:** Ultramontanismo; História das Mulheres; Imprensa Católica

**Abstract:** This article analyzes the role attributed to women in the context of the ultramontane civilizing project in Brazil, during the second half of the 19th century. In order to do so, it takes as its source the newspaper *A Cruz*, published in Rio de Janeiro between 1861 and 1864, analyzing how the female condition was conceived and shaped in its pages, based on the broader meanings associated with the conceptual pair “civilization-Christianity”. Specifically, it investigates the associations of women with the domestic place represented by family, with the moral and religious education of their children, as well as with the condition of women readers. In order to do so, it incorporates the methodological instruments of Discourse Analysis, allied to

the History of Concepts, in order to understand how the female condition was interpreted from the concept of ultramontane civilization and how, from its circumstantial insertion in Brazilian society at that time, it helped to mold this same concept. Finally, the analyses incorporates the historiographical use of the gender category, to achieve the proposed objectives.

**Keywords:** Ultramontanism; Women's History; Catholic Press.

### Introdução

No decorrer do século XIX, as sociedades ocidentais foram convulsionadas por transformações aceleradas, detonadas por expectativas liberadas, sobretudo, a partir da Revolução Francesa. No âmbito destas transformações, observou-se o advento de novas concepções de soberania e representação, que já podiam prescindir do fundamento religioso como critério de legitimidade dos governos (XAVIER-GUERRA, 2009). Ao mesmo tempo, a razão passou a ser assumida como a forma privilegiada na produção do conhecimento, submetido à experimentação e aos métodos de uma ciência que, progressivamente, rejeitava os paradigmas da tradição anterior, fundamentada nas verdades de fé e da iluminação divina. De tal forma que, com o advento da modernidade, a herança hebraico-cristã passava a ser elaborada em termos puramente mundanos e seculares, pautada numa visão da história como progresso (VATTIMO, 2002), mediante a qual ocorreu a separação e a autonomização das diversas esferas da realidade em relação à religião.

Tal processo, contudo, não se deu sem embates entre

[...] a ambição totalizadora da religião como horizonte de compreensão da integralidade da vida e o projeto unificador pela razão que, ao mesmo tempo em que desconstrói as totalidades religiosas, pretende explicar leis e regularidades que regem o mundo (COELHO, 2016, p. 86).

No caso dos países católicos, profundamente tributários do catolicismo como matriz civilizacional, tal embate resultou no ajuste da religião a fenômenos produzidos em planos que dela começavam a se diferenciar e que atestavam a perda da sua capacidade normativa, engendrando combinações inéditas entre o religioso e o secular.

O que significa dizer que, para se manter influente e continuar moldando a consciência moderna, a religião seguiu redefinindo de forma permanente

“seus respectivos espaços e margens de ação e impondo-se mutuamente determinadas modalidades de presença na vida dos indivíduos e das comunidades, transformando suas relações com o sagrado, com as instituições

religiosas e destas com a política, a sociedade e a cultura”.. (DI STEFANO, 2018, p. 135).

Na segunda metade do século XIX, uma das estratégias assumidas pelo catolicismo ultramontano, orientada pela reação ortodoxa da Igreja romana a algumas tendências associadas ao advento da modernidade, mediante a qual buscou frear o processo de autonomização das esferas em relação à religião, foi a atuação discursiva de seus representantes através da imprensa. Configurando um “espaço de experiências” comum àqueles que o frequentavam, os jornais, panfletos e outras publicações tornaram-se responsáveis não apenas pela formação e veiculação de um novo vocabulário político, mas pelo forjamento de uma específica forma de sociabilidade dos sujeitos históricos do período, enquanto espaço de circulação das vozes públicas organizadas em torno dos referenciais políticos e religiosos em voga.

No Brasil – onde os nexos entre política e religião definiram-se historicamente pelo regime do padroado, sob o qual se estabeleceu o forte predomínio do Estado sobre a Igreja, inviabilizando a independência institucional entre ambos – a reação ultramontana ao liberalismo anticlerical, à maçonaria, ao protestantismo e ao racionalismo científico eclodiu na segunda metade do século XIX legitimada, por um lado, pela política imperial e, por outro, pela orientação da Santa Sé, sob o papado de Pio IX. No primeiro caso, o Imperador D. Pedro II, valendo-se das prerrogativas do padroado, passou a privilegiar a nomeação de bispos ultramontanos e monarquistas para as principais dioceses nacionais. Tal iniciativa pautava-se na reação ao envolvimento do clero de tendência regalista - hegemônico em termos do modelo de Igreja, vigente até 1837 - nos movimentos liberais observados em nível das províncias e na política partidária, entre o final do período regencial e início do segundo Império (SANTIROCCHI, 2011, p. 188). No que toca às emanações da Igreja oficial, a tendência ultramontana foi orientada por dois documentos emitidos pelo papa Pio IX, em dezembro de 1864: a *Encíclica Quanta Cura* – que deveria oferecer uma síntese dos erros relacionados à sociedade moderna e, especialmente, à questão da liberdade de consciência –, seguida pelo *Syllabus* - uma lista contendo tais erros, representando a resposta ortodoxa da Igreja católica à sociedade contemporânea.

Contra estas tendências, representantes do ultramontanismo no Brasil mobilizaram-se num verdadeiro esforço de sobrevivência enquanto grupo religioso institucionalizado, fazendo da

imprensa periódica um de seus principais porta-vozes. Como consequência, foram vários os jornais católicos ultramontanos que surgiram no período em foco, demonstrando que seus colaboradores estavam "cientes da enorme importância do bom uso dos meios de difusão das ideias, bem como da construção e do fortalecimento de uma opinião pública a eles favorável" (NEVES, 2013, p. 2). Através deste veículo, clérigos e leigos ultramontanos difundiram e interpretaram as emanções vindas de Roma, à luz das prioridades das paróquias e dioceses locais, buscando modelar hábitos e comportamentos sociais, firmar a obediência aos sacramentos, disciplinar aspectos da religiosidade popular, bem como cuidar da própria reforma do clero e da Igreja católica no país.

A análise da imprensa católica do período tem se revelado fonte privilegiada na apreensão das mutações conceituais que acompanharam as complexas reconfigurações então observadas nas relações entre o religioso e o secular ao longo do século XIX, quando modelaram-se de maneira recíproca (ASAD, 2003). Ao considerar a profundidade diacrônica destes conceitos, bem como seus usos contingenciais, é possível situar as trajetórias semânticas daqueles que assumiram importância e evidente capacidade de generalização, ao mesmo tempo em que se revelaram profundamente polissêmicos. Conceitos capazes de remeter ao universal e ao particular, os quais funcionaram como “alavancas estratégicas dentro de lutas ideológicas” (BENAVIDES, 1997, p. 321) que refletiram, dentre outras, as tensões que envolveram os representantes do catolicismo ultramontano da época.

Dentre as mutações semânticas observadas, nenhuma pareceu tão sincronizada com as variações de respostas às questões que emergiam em virtude da instabilidade e aceleração histórica da época, que aquela que remete ao conceito de “civilização”. Na sua trajetória semântica, tal conceito foi marcado por uma forte conotação descritiva, valorativa e normativa, cujos parâmetros foram as experiências europeias (FERES JR., 2014, p. 87). Esta origem eurocêntrica – para não dizer francocêntrica – do conceito de civilização não pode, contudo, evitar sua diversificação, à medida que o mesmo observou uma expansão progressiva, prestando-se a diferentes usos e significados.

No mundo ibero-americano, o conceito de civilização esteve profundamente articulado ao de “cristianismo”, usado pela vertente ultramontana do catolicismo brasileiro como sinônimo do

“catolicismo romano” (SILVA; MARTÍNEZ; DI STEFANO; MONREAL, 2020). Na sua trajetória semântica, o par conceitual “civilização-cristianismo” revelou-se tributário de duas das principais matrizes filosóficas e teológicas do conservadorismo católico europeu: o *tradicionalismo católico francês* – com destaque para Joseph de Maistre (1753-1821) e o Visconde De Bonald (1754-1840) - e o *conservadorismo político espanhol* – representado por Jaime Balmes (1810-1848) e Donoso-Cortès (1809-1853). (SILVA, 2019).

Expoentes do pensamento legitimista e contrarrevolucionário europeu, estes tradicionalistas católicos elaboraram uma crítica profundamente religiosa, anatemizando a Revolução Francesa como “satânica” na sua essência. O traço fundamental desta renovação religiosa tradicionalista - legitimada no clima do restauracionismo instaurado pelo Congresso de Viena, em 1814 - foi “o insistir de forma uníssona e constante que a única hierarquia de valores válida é aquela na qual a política é subordinada à moral e a moral à religião”, afirmando uma autocompreensão da Igreja enquanto "Sociedade Perfeita". (CORDI, 1984, p. 18)

Esta concepção foi amplamente veiculada pelo discurso ultramontano no Brasil, que estabelecia o forte vínculo conceitual entre *civilização* e *cristianismo* - estendido a *cristianismo* e *progresso* –, condicionando a ordem política a uma clara fundamentação de base teológica e reivindicando a condição pretensamente universal do catolicismo como alicerce da civilização (SILVA; MARTÍNEZ; DI STEFANO; MONREAL, 2020). Assim, a partir das matrizes europeias do conservadorismo católico, as páginas dos jornais católicos do período difundiam um conceito de *civilização* que, associado a outros - como família, moral, sacerdócio, educação – fundia-se ao conceito de *cristianismo*, sinônimo de catolicismo romano.

A viabilização do binômio *civilização-cristianismo*, embora conferisse protagonismo à Igreja católica e aos seus representantes oficiais, não pode prescindir de vários outros atores, que se tornaram braços fundamentais das reformas ultramontanas no Brasil. Dentre estes, o projeto civilizador ultramontano se revelou fortemente ancorado no papel representado pelas mulheres, cujo protagonismo esteve restrito ao ambiente doméstico, onde se colocavam como principais responsáveis pela educação dos filhos em moldes católicos, como exemplo e bastião da moralidade, da reta conduta e dos valores cristãos. Tratava-se, em outros termos, de assumir uma forte ligação entre “A Mulher, a família e a civilização”, conforme defendido em artigo publicado

pelo jornal *A Cruz*, em sua edição de 8 de junho de 1862. (*A Cruz*, n. 43, 8 de junho de 1862, p. 2)

Apesar de reproduzir uma visão consagrada durante todo o período colonial e boa parte da primeira metade do século XIX - quando a condição das mulheres no Brasil esteve marcada pela subordinação, pela submissão, pela reclusão e pela limitada instrução, sendo orientada para as funções domésticas (DEL PRIORE, 2009; ALGRANTI, 1999) -, a concepção ultramontana acerca da mulher como agente civilizador já não podia ignorar as alterações em curso neste cenário, onde as condições de leitura modificam-se para as mulheres. Segundo estudiosos do tema, é então que surgem

[...] as preceptoras, adotadas por muitas famílias, encarregadas da educação dos filhos; surgem ainda as escolas normais exclusivas para a formação das moças, que possibilitaram a proliferação de mulheres leitoras. Essas escolas desenvolveram-se logo após a chegada da família real e, no final do século XIX, propagaram-se em todo o Rio de Janeiro. (CASTRO, 2015, p. 44)

A leitura feminina passou a ser incentivada até mesmo por jornais da época o que, obviamente, comportava diferentes tendências de orientação por parte destes. Além disso, na segunda metade do século XIX surgem jornais editados por mulheres, cujo objetivo era, justamente, promover a emancipação feminina e a melhoria de sua condição no lar e na sociedade, por meio da educação.<sup>1</sup>

É neste sentido que se pode compreender a preocupação de alguns periódicos ultramontanos com a leitura feminina de livros de autores franceses, como é o caso emblemático da obra *Les Misérables*, de Victor Hugo, lançada em 1862, que segundo o jornal *A Cruz*, anteriormente citado, “não é somente um livro perigoso, é imoral” (*A Cruz*, n. 47, 6 de julho de 1862, p. 2). Na perspectiva ultramontana, portanto, a mulher constituía uma espécie de “presença invisível”, responsável pela modelagem do par “civilização-cristianismo” no seio da família, mas cuja condição renovada, enquanto leitora de impressos, representava uma prática prenhe de virtualidades, que deveria ser moldada e controlada conforme os objetivos do catolicismo ortodoxo.

---

<sup>1</sup> É esta a ênfase do *Jornal das Senhoras*, editado no Rio de Janeiro entre 1852 e 1855. (COSTA, 2020). Também a vinculação da figura feminina às noções de “progresso” e “civilização” aparece nas páginas do jornal *Marmota*, publicado no Rio de Janeiro, entre 1849 e 1864. (REIS, 2020)

### O projeto civilizador ultramontano

Em meados do século XIX, consolidavam-se algumas das transformações inauguradas pela Revolução Francesa, as quais passaram a ser associadas ao amplo processo de modernização da sociedade ocidental, em que se faziam nítidas e marcantes as mudanças de âmbito social, político e religioso. Na interpretação do historiador da História Conceitual, Reinhart Koselleck, uma das principais marcas destas transformações aceleradas foi o surgimento de uma nova percepção de tempo, mediante a qual as experiências vividas passavam a importar menos como balizas de compreensão do presente e da própria atuação dos sujeitos. Segundo ele, esta pode ser tomada como a marca essencial da modernidade, percebida “como um tempo novo”, em que “as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006, p. 314).

É neste contexto, expressivo da profunda ruptura temporal inscrita nas transformações em curso no mundo ocidental, desde finais do século XVIII, que a Igreja Católica viu sua hegemonia cultural e ideológica, ancorada na tradição filosófica e doutrinária, seriamente ameaçada. O que resultou em combinações complexas entre a perda do domínio dos grandes sistemas religiosos e as reconfigurações da religião, para continuar mantendo-se influente na vida dos indivíduos e das sociedades.

No caso do Brasil, onde vigoravam os vínculos institucionais entre Igreja e Estado, mantido pelo regime do padroado, estas reconfigurações nos reportam ao processo de “dissolução do regime de cristandade ibérico, que teve lugar a partir – e em parte como resultado – da crise das metrópoles coloniais”. (DI STEFANO, 2018, p. 135).

Foi neste contexto, portanto, “que a vertente ultramontana do catolicismo se mobiliza em “reação ao mundo moderno, ao capitalismo, ao iluminismo, ao liberalismo e a todo o conjunto de novas ideias” (CAMARGO; SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 3). Reafirmando os princípios ortodoxos da Igreja, estabelecidos pelo Concílio de Trento, os ultramontanos do século XIX foram então responsáveis por tentar antepor à modernidade iluminista um projeto de modernidade pautado no “paradigma tridentino” (SANTIROCCHI, 2017), com vistas a “reiluminar” de forma ortodoxa a sociedade da época (SILVA; ROCHA, 2019).

Em uma síntese, pode-se dizer que o ultramontanismo foi uma orientação política desenvolvida pela Igreja após a revolução Francesa, marcada pelo centralismo institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma, uma recusa de contato com o mundo moderno, visando à sua própria sobrevivência (MANOEL, 2012, p.5).

Neste sentido, buscando preservar o lugar daquela que era vista como única e verdadeira religião, os ultramontanos, leigos e clérigos, buscaram definir os rumos de uma sociedade em processo de secularização, orientando “os fiéis na direção de um novo centro de poder: a autoridade suprema do Sumo pontífice, de forma a afastá-los dos supostos perigos modernos (SILVA; ROCHA, 2019, p. 21). Dentre eles, destacavam-se: a imprensa secular, o liberalismo, o racionalismo, o protestantismo, o casamento civil e, mormente, a liberdade de consciência (MANOEL, 2012).

De forma mais combativa e sistematizada, a intensificação da ideia de “erros” da modernidade e a tentativa de ainda monopolizar o conhecimento através de estratégias modernas se deu durante o papado de Pio IX (1846- 1878), que na publicação da Encíclica *Quanta Cura* “condenou a liberdade de imprimir livros sem que fossem estabelecidos controles e censuras” (FONSECA; MARIN, 2021, p.18), vendo essas publicações fora dos preceitos assumidos oficialmente pela Igreja como um dos motivos para a corrupção da sociedade. O combate a estes supostos “inimigos da Igreja”, listados no *Syllabus errorum* que catalogava 80 erros inaceitáveis e condenados pela Igreja, impulsionava os ultramontanos a uma verdadeira cruzada (SILVA; CARVALHO, 2019), na tentativa da “recristianização” do mundo, sendo esta a condição para a salvação eterna do homem.

Desse modo, embora o ultramontanismo possa ser caracterizado como uma das mais radicais expressões do antiliberalismo, no período estudado (RAMIRO JUNIOR, 2016), seus representantes necessitaram utilizar-se das mesmas ferramentas franqueadas pela modernidade e empregadas por seus oponentes. Estratégia que se torna evidente ao tomarmos a imprensa católica como referência. Assim, ao criticar os impressos não católicos, Pio IX ressalta a importância por parte dos religiosos de fomentar a imprensa católica, usando este veículo como uma forma de catequização da população. “A imprensa católica aparecia, assim, como imbuída da ‘missão sublime e indeclinável de guiar os povos pela senda do dever’”. (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 17)

Tal estratégia se consolida de forma eficiente no Brasil oitocentista e, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, onde, conforme reconhecido por estudos recentes, a “proliferação da prática de leitura” configurou-se numa das consequências do processo de urbanização e dos investimentos culturais aí promovidos pelo Estado, desde 1808, quando auferiu a condição de sede da Corte imperial (CASTRO, 2015, p. 41). Foi então, iniciando-se pela criação da Imprensa Régia, observou-se um acelerado processo de proliferação de impressos no Brasil, até atingir os níveis de relevância que observamos no século XIX. Isto fez com que este meio de comunicação fosse a arma ideológica mais potente na veiculação de conteúdos que vinculavam o Brasil a outras partes do mundo ocidental, convulsionado pelas transformações em curso, impondo:

[...] às igrejas nacionais a necessidade de investirem nos meios de comunicação para defender a igreja, para cristianizar a sociedade e o Estado, para construir uma sociedade ordenada nos valores do cristianismo e para combater os ‘erros modernos’, os regimes de liberdade, o socialismo, a democracia, as religiões concorrentes e os anticlericais (FONSECA, MARIN, 2021, p. 20-21).

Nesse contexto, a imprensa católica tornou-se um dos principais veículos de normatização da Igreja Romana (SILVA, 2021) e difusão de seu projeto civilizador em moldes tridentinos, assumindo um papel estratégico, graças ao seu empenho verdadeiramente pedagógico em combater os “erros” da modernidade.

Foi nesta conjuntura que os jornais católicos editados no Brasil assumiram tal perfil, apresentando-se como imbuídos da missão de fazer vingar uma sociedade e um Estado segundo o modelo de “Sociedade Perfeita”, representado pela Igreja (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 19). Num dos principais jornais ultramontanos editado no Rio de Janeiro, na segunda metade do XIX, a missão da imprensa católica era concebida nos seguintes termos:

A missão do século XIX exige em primeiro lugar que sejam dissipados os erros e que às inteligências transviadas faça-se patente a verdade. Ninguém pode pois desconhecer que a imprensa periódica e não periódica é nas mãos dos inimigos da Igreja, a arma mais mortífera para combater qualquer espécie de bem e seduzir os espíritos mais retos e sinceros. Para remediar a tão grande mal era necessário que homens cheios de coragem e talento, que padres zelosos, principalmente, empreendessem a obra mais salutar que é preciso tentar – a de oporem-se aos ataques tão perigosos da imprensa ímpia com as armas ministradas pela imprensa católica (O APÓSTOLO, n. 29, 22 de julho de 1866, p. 4).

Empunhando esta missão através da imprensa religiosa, o catolicismo ultramontano oitocentista tentou aplicar no Brasil um projeto de civilização que atendesse às suas necessidades institucionais, ao mesmo tempo que fosse adequado às contingências da sociedade brasileira da época.

Na sua materialidade, portanto, a imprensa católica, enquanto porta-voz do ultramontanismo (ORLANDI, 2013), elegia estrategicamente as mulheres como alvo de seus discursos. Nas páginas dos jornais editados, reiteravam a função feminina como “disseminadora de moral e ideais dentro dos lares e educadora por excelência” (LEONARDI, 2009, p. 3-4). Ou seja, as mulheres seriam receptoras do discurso religioso e transmissoras privilegiadas deste no seio da família, gerando assim uma rede de circulação e difusão de conteúdos que iam do global – as diretrizes gerais da Santa Sé -, ao paroquial – as diversas dioceses -, chegando, finalmente, ao âmbito doméstico - as famílias. Neste, as mulheres assumiriam o protagonismo de educadoras, mães e esposas, aliadas à cruzada ultramontana na “re Cristianização” da sociedade. A sutileza mediante a qual esta ação era posta em prática conferia à mulher um “papel invisível” dentro deste projeto civilizador, como pretendemos demonstrar.

### **O Jornal *A Cruz* e o ideário ultramontano**

Dado o panorama do ultramontanismo e da imprensa religiosa no Brasil oitocentista, selecionamos o periódico *A Cruz*: jornal religioso, literário, histórico e filosófico<sup>2</sup>, para traçar nossa análise no que tange ao papel da mulher no projeto civilizador ultramontano.

O jornal *A Cruz* foi editado no Rio de Janeiro entre 1861 e 1864. Era publicado semanalmente aos domingos e sua primeira publicação data de 18 de agosto de 1861, ano que contou com 20 edições; nos dois anos seguintes, foram publicadas 52 edições e, em seu último ano de publicação, o jornal conta com 37 edições, sendo a última publicada em 11 de setembro de 1864. As publicações dominicais apresentam, geralmente, 4 folhas, que são divididas em duas colunas de textos corridos, com seções que aparecem de forma bem variada no primeiro ano de publicação. Algumas delas apresentam certa regularidade como, por exemplo, o “Noticário Religioso” e a seção de “Confissão”.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>.

Já em suas primeiras páginas, o periódico introduz algumas premissas do discurso ultramontano, no que toca à importância da educação. Em quase todas as edições, o jornal parece estar de acordo com uma ideia mais geral, veiculada por este discurso e observada em outras partes do continente latino-americano: a de que “sem religião, somente como desenvolvimento da educação, a sociedade estava destinada a mergulhar no caos e na violência” (SILVA; MARTINEZ; STEFANO; MONREAL, 2020, p. 24)<sup>3</sup>. Assim, *A Cruz* inicia seu período de quatro anos na imprensa religiosa com o trecho:

A educação religiosa é pois a base de toda a civilização; a mola real do edifício da boa sociedade. É uma verdade inconcussa que ninguém pode salvar-se do temor de Deus; a escritura o diz claramente e todo mundo assim tem entendido. Como pois é possível que em uma sociedade onde se ignora os mais comezinhos princípios da religião, possa ser temido e amado aquele de quem depende nossa salvação?! (A CRUZ, n.1, 18 de agosto de 1861, p.1).

Além da importância no ideário ultramontano, a educação se mostrou como a base de seu projeto civilizador. A partir dela, a Igreja católica procurava modelar os pensamentos da população brasileira (SILVA; ROCHA, 2019), tanto aquela que teria contato com o jornal - seu público leitor -, quanto a que seria afetada, indiretamente, pela sua influência no seio familiar, por exemplo. Mostrava, assim, que a forma textual era apenas uma das formas de disseminação de seu discurso, tendo ele uma origem e um destino final (ORLANDI, 2013), que nesse caso era a família, célula estruturante do poder privado na sociedade brasileira oitocentista. (NOVAIS, 1997)

Essa necessidade de controle da mentalidade por parte da Igreja católica data de períodos muito anteriores ao abarcado por esta pesquisa; porém, o que diferencia este momento é que a necessidade do catolicismo de readaptar suas estratégias para o seu controle das consciências se deu num contexto de acelerado processo de secularização, em que a Igreja via seu lugar na sociedade ameaçado. Uma série de medidas de “contenção” foram tomadas para impedir esses avanços modernos (SANTIROCCHI, 2010), que iam contra os dogmas da Igreja e que, conseqüentemente, enfraqueciam-na.

Dessa forma, uma tentativa de união interna institucional seria essencial para preservar o lugar da Igreja na sociedade moderna e em franco processo de secularização. Os ultramontanos

---

<sup>3</sup> “Sin religión, con el solo desarrollo de la educación, la sociedad estaba destinada a sumergirse en el caos y la violencia social.” (SILVA; MARTINEZ; STEFANO; MONREAL, 2020, p. 24).

advogavam representar essa força de união interna e, no Brasil da segunda metade do século XIX, este argumento forjou um relativo consenso entre os bispos das principais dioceses do país, no encaminhamento de reformas, que vieram carregadas de uma reformulação do Concílio de Trento (1545-1563) (SANTIROCCHI, 2010). Em momentos anteriores, apesar de terem tido relevância na Europa, as diretrizes tridentinas pouco ecoaram no Brasil, o que em parte se devia à vigência do regime do padroado, estabelecendo certa impermeabilidade entre o clero secular e as determinações da Santa Sé (SERBIN, 2008). Desse modo, só ganharam uma efetiva implementação em solo brasileiro a partir da segunda metade do oitocentos, amparadas pelas orientações assumidas pela Santa Sé, sob o pontificado de Pio IX, que na Encíclica *Quanta Cura*, editada em dezembro de 1864, posicionava-se sobre os supostos “erros” da modernidade, listados no seu anexo *Syllabus*. Dessa forma:

A Igreja surge, nesse período, como "Mestra da Verdade" e modelo de "Sociedade Perfeita" e, para tanto, submete-se ao dogma da infalibilidade do poder papal: o Sumo Pontífice passa a ser a fonte de todos os ensinamentos da Igreja, do ponto de vista disciplinar e doutrinário, derivando a noção de uma Igreja cada vez mais "católica romana" e menos "nacional". (SILVA; ROCHA, 2019, p. 19).

Assim, o projeto de civilização ultramontano estava baseado na tentativa de “recristianização” da sociedade em vias de secularização, o que implicava investir no controle das consciências, cada vez mais pautadas na razão. As ideias ultramontanas se ancoravam na defesa da infalibilidade papal – estabelecida como dogma pelo Concílio Vaticano I (1869-1870) -, encampando um projeto de modernidade que reabilitava o “paradigma tridentino” (SANTIROCCHI, 2017), como arma contra o avanço da mentalidade moderna, marcada pelo avanço das ideias liberais, positivistas e das outras religiões concorrentes, com destaque para o protestantismo (FONSECA; MARIN, 2021, p. 20-21). A ideologia em questão é apresentada nas páginas do jornal *A Cruz*, geralmente em forma de crítica à razão e sempre destacando a importância da Igreja como modelo de “sociedade perfeita”. É possível observar tais críticas no trecho a seguir:

[...] clamamos no deserto, bradam os racionalistas, que não aceitam as leis da Igreja, que consideram o auxílio da razão como o único baluarte, e que tudo o mais é uma pura fantasmagoria dos homens, um laço bem tecido para prender os incautos e que por isso não sentem e não querem as decisões do Catolicismo. (A CRUZ, nº 19, 22 de dezembro de 1861, p.1).

O conceito de “civilização” também se mostra como uma das importantes chaves para a compreensão do projeto ultramontano. No século XIX, este conceito se mostrava atualizado quando comparado com seus usos mais tradicionais pela Igreja, opondo-se não à “barbárie”, mas aos outros modelos de civilização concorrentes, afinados com as tendências da modernidade. Portanto, no caso católico, a única forma de civilização possível seria aquela ancorada no catolicismo (SILVA; MARTINEZ; STEFANO; MONREAL, 2020): todo comportamento que saísse desse panorama era considerado “desprezível”.

Dessa forma, dentre a pluralidade de significações comportadas pelo conceito de “civilização”, sua conotação marcadamente cristã - formando o par conceitual “civilização-cristianismo” - inseria-se numa rede semântica mais ampla (KOSELLECK, 2006), que configurava sua conotação mais ortodoxa, marcadamente antiliberal, diferenciando-o de seus usos “modernos”.

Nas páginas do jornal analisado, esta civilização cristã tinha como um de seus pilares a educação. Afinal, admitia-se: “A educação religiosa é, pois, a base de toda a civilização” (A CRUZ, n.1, 18 de agosto de 1861, p.1). Em algumas de suas repetidas colunas publicadas durante sucessivas semanas - como aquela intitulada “A mulher, a família e a civilização” (A CRUZ, n.40, 18 de maio de 1862, p.2) -, os editores do jornal<sup>4</sup> defendem a ideia que de a civilização só poderia ser alcançada e mantida por meio do catolicismo, característica comumente apresentada nos periódicos ultramontanos do período (SILVA; MARTINEZ; STEFANO; MONREAL, 2020). Assim, argumentava-se, com o cristianismo,

[...] o que era mais preciso para civilizar o mundo! O modelo estava patente e o ensino concluído; faltava somente que o mundo abraçasse a doutrina, seguisse o tipo que lhe era apresentado, e daí necessariamente proceder a sua civilização: completa em teoria, só restava-lhe a prática para sua consecução” (A CRUZ, n. 43, 8 de junho de 1862, p. 2.).

Este argumento era desenvolvido tanto em colunas específicas do jornal, quanto de forma indireta, em trechos bíblicos publicados na seção intitulada “Oração do dia”. A defesa da

---

<sup>4</sup> Em todo o período de sua edição, o jornal analisado não registra seus editores. Esse perfil anônimo era comum à imprensa religiosa da época. A única informação disponibilizada nas suas primeiras páginas era a de que o jornal era financiado por assinaturas, lendo-se: “Assina-se na Sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Candelária”.

infallibilidade papal é percebida quando o jornal se dedica a noticiar as ações do Papa, na Coluna intitulada “Noticiário religioso”, que está presente em todas as edições analisadas.

Dentre todas as manifestações do projeto civilizador ultramontano nas páginas do jornal eleito, selecionamos uma das mais recorrentes, que é a questão da educação, apontada desde a primeira edição e que se repete durante os três anos seguintes, sendo abordada de diferentes formas. O jornal, portanto, nos permite ter acesso a determinadas modalidades do discurso religioso veiculado no Brasil oitocentista, as quais devem ser interpretadas pressupondo a presença de elementos além do próprio discurso, “situando-o num cenário amplo que articula o texto, as práticas discursivas e a prática social (...), que lhe servem de suporte, reforço, oposição e que balizam suas normas, concepções e costumes”. (ZANOTTO, 2018, p. 347).

Especificamente, os conteúdos veiculados pelo jornal, que organizam suas seções, nos permite perceber a diferenciação entre o “Discurso Esotérico” - aquele destinado aos membros de uma instituição, com teor mais teológico – e o “Exotérico” - modalidades discursivas que não pertencem exclusivamente a um corpo institucional, mas que se dirige a todos indiscriminadamente, como é o caso das reflexões sobre a educação na sociedade da época (ORLANDI, 1996, pp. 246- 247), revelando facetas do projeto ultramontano ao longo de suas publicações.

O que evidencia que, apesar dos ultramontanos condenarem os supostos “erros” da modernidade, na difusão de seu projeto civilizador eles se utilizaram de estratégias vistas como modernas, como era o caso da imprensa e, mais especificamente, da imprensa periódica, cuja existência no Brasil era ainda muito recente. O Sumo Pontífice incentivou as publicações de periódicos católicos, justamente para se colocar no mesmo campo de seus oponentes “modernos” (SILVA; ROCHA, 2019).

### **A “mulher” nas páginas do jornal *A Cruz***

Se durante o período colonial as estratégias da Igreja no sentido de moldar hábitos e comportamentos da sociedade via-se em boa medida interceptada pela a vigência do regime do padroado régio, que impunha mediações à aplicação direta das determinações da Santa Sé (SILVA; CASTILHO, 2014), com o avanço de uma via da secularização pautada na defesa do

modelo laico do Estado, crescentemente influente a partir da segunda metade do século XIX, a universalização do catolicismo impôs à Igreja a necessidade de reformular suas estratégias. Segundo Fantappiè (2020), estas passavam tanto pelo reforço da “normatização” estabelecida pela Santa Sé - através de bulas e documentos papais –, quanto pela “adaptação” e “flexibilização” das diretrizes romanas perante a diversidade cultural dos diversos povos não podendo, para tanto, prescindir de uma intensa rede de “comunicação”, que vinculava o mundo católico da época ao seu centro. (FANTAPPIÈ, 2020)

No Brasil, à medida que a participação política direta de clérigos diminuía, “observou-se ‘um retraimento do catolicismo para o espaço social’” (MONTERO, 2006, p. 49-50), de forma a preservar sua presença pública. Essa retração para o âmbito da sociedade civil pulverizou-se para o seio da sua unidade básica: a família patriarcal brasileira. A porta de acesso privilegiada para este espaço privado foi atribuída à mulher: mãe, educadora e exemplo de moralidade e virtudes cristãs<sup>5</sup>. Reiterava-se, assim um tradicional estereótipo feminino, uma vez que:

No período colonial brasileiro as mulheres eram peças fundamentais para a construção da nova terra, porém a elas foi relegado um papel secundário ou quase invisível no meio social. O cotidiano feminino era marcado por rígido controle e a mentalidade da época era impregnada de mitos e superstições. (SILVA; CASTILHO, 2014, p. 257).

Desde o período colonial, portanto, a mulher era vista como aquela cujos atributos se limitavam a cuidar da casa, do marido e dos filhos (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010). Manter essa figura feminina dentro do ambiente doméstico “fazia parte de um processo civilizatório e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização.” (DEL PRIORE, 1993, p. 27 *apud* SILVA; CASTILHO, 2014, p. 273).

A este estereótipo, somava-se o investimento da Igreja católica, que reabilitava no contexto da “romanização” a hostilidade ao sexo e às mulheres. Segundo Hans Küng (2012, p. 110-111): “desde os primeiros séculos as mulheres foram afastadas de todas as posições de

---

<sup>5</sup> No que tange à construção do patriarcalismo ‘à brasileira’, este se deu também pela mistura étnica gerada com a conquista. Com uma mistura de influências indígenas e africanas, o conceito “patriarcalismo” não dá conta da complexa realidade brasileira no período colonial (DEL PRIORE, 2020) sendo possível observar no mesmo período tanto experiências com famílias com matriarcas, quanto formações em que a mulher se mostrava como completa submissa ao homem, sendo comparada aos escravizados por alguns autores (DA SILVA; DE CASTILHO, 2014).

comando da Igreja. Entre os séculos IV e V, porém [...] Agostinho, tornado bispo, fortaleceu sua teologia do pecado e da graça”.

Assim, a Igreja tentou explicar os pecados de todos os homens valendo-se do relato bíblico do pecado original de Adão, que passava a assumir uma “conotação marcadamente sexual”. A decorrência direta desta teologia foi, segundo Küng, a “desvalorização da sexualidade, da libido sexual”, e uma moralização que recaía, sobretudo, na figura feminina, vista como perpetuadora do pecado original transmitido através do sexo.

Com a Igreja associada ao Estado, a imagem da mulher deveria ser formada em moldes católicos, sendo orientadas a tomar o exemplo de Maria, mãe de Jesus Cristo (SILVA; CASTILHO, 2014). Com isso, observa-se por parte da Igreja o esforço de fundir a imagem da mulher à maternidade. Portanto, a visão da mulher no Brasil colonial se apoiava nos:

[...] ideais cristãos da mulher mãe representada por Maria. Esse parece ser o lugar idealizado pela Igreja. Desse modo, espelha-se na maternidade de Maria, a maternidade como aproximação da mulher na dimensão sagrada; da santa mulher. Consegue, desse modo, um lugar a ser visto, de uma construção que a qualifica (Santa Mãe); e por outro lado do extremo, devendo afastar-se da desqualificação, da demonização (sua sexualidade).” (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010, p. 5).

Com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, o espaço conferido à mulher tornou-se relativamente mais amplo. Desde então, ela poderia frequentar eventos públicos - como festas e teatros - participando dos novos espaços de sociabilidade criados durante o período joanino (OLIVEIRA, 2012). Esta realidade conferida a algumas mulheres, contudo, não elimina o “‘mito do amor materno’, a ‘mãe dedicada’, a ‘rainha do lar’ e a ‘boa esposa’.” (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010, p. 6), mostrando que a natureza da mulher seria adequada ao ambiente doméstico. Dessa forma, apesar das mudanças observadas durante o século XIX, as novas condições de possibilidade de inserção da mulher na sociedade brasileira -, especificamente em algumas das principais capitais do país - continuava reiterando profundas continuidades com o estereótipo forjado durante todo o período colonial: o da “mulher perfeita”, talhada segundo as boas virtudes e comportamentos cristãos (SILVA; CASTILHO, 2014, p.277).

Podemos notar que, tal qual se passa com o conceito de “civilização”, a condição da mulher projetada pelo jornal *A Cruz* assume uma conotação marcadamente cristã e moralizante.

No caso analisado, reiterava-se o seu lugar social, encerrado ora ao âmbito doméstico - onde suas funções se restringiam à educação dos filhos e boa esposa -, ora ao papel de religiosas, reclusas em conventos e congregações femininas que foram sendo criadas no Brasil. Esta conotação, contudo, embora seja a que predomine na imprensa ultramontana aqui analisada, não pode ser generalizada. Estudos recentes têm revelado a polissemia associada à condição feminina, sobretudo quando observamos outros jornais da época, editados por mulheres, os quais investiam na produção da mulher “ilustrada”, assim como na emancipação feminina<sup>6</sup>.

Mesmo nestes casos, contudo, além de tal reivindicação ser atravessada por forte clivagem social e racial – havendo clara diferenciação entre a condição das “mulheres brancas” e abastadas economicamente, e as “pretas” - a educação feminina visava a preparar as mulheres para exercerem seu “destino, no domínio da casa, através das funções de esposa e mãe”. Segundo Reis: “Cabia a elas uma ação moralizadora dentro do lar, ao atuarem diretamente sobre a moral dos seus filhos e filhas, pois dessa maneira elas formariam homens de bom caráter, dos quais dependia o futuro e o progresso da nação” (REIS, 2029, p. 54).

O que nos leva a crer que, embora tensionando a estrutura e vigente, a atuação de algumas mulheres através da própria imprensa não era capaz de romper com o ideal feminino definido pelo código moral cristão, que traçava um perfil de mulheres “submissas aos homens, fiéis e honradas” (MEZAN, 1993, p. 123-124), onde a honra se ligava à castidade. A presença mais marcante da mulher na vida pública no século XIX não teria, então, gerado uma drástica mudança nesse código moral consolidado, já que a honra da mulher, desde os tempos coloniais, dizia respeito tanto à vida privada, como à pública, sendo a Igreja e o Estado abertamente “responsáveis” pelo controle do corpo da mulher.

Dessa forma, nas páginas da imprensa ultramontana, a mulher ideal continuava tendo sua importância restrita ao ambiente doméstico, podendo ser sua “arma” invisível na vida privada contra os inimigos da Igreja, na vida pública. Evidentemente, a delimitação entre público e privado no Brasil oitocentista carregava as mesmas marcas da indistinção – quando não da

---

<sup>6</sup> Caso do *Jornal das Senhoras*, periódico editado no Rio de Janeiro entre 1852 e 1855 (SALES, 2019), e dos dois outros jornais anteriormente citados, voltados para a emancipação feminina e para a associação das mulheres às noções de “progresso” e “civilização” (REIS, 2020; COSTA, 2020)

“inversão” -, forjadas durante o período colonial (NOVAIS, 1997), o que justificava o investimento ultramontano da modelagem deste papel feminino na sociedade da época.

Esta condição idealmente projetada para a mulher se via ameaçada no Brasil da segunda metade do século XIX, quando a educação feminina começou a ser impulsionada (MANOEL, 2012). Vale lembrar que o estudo proporcionado às mulheres, além de ser direcionado à oligarquia dirigente, não dava oportunidades de especialização, contando com matérias como língua portuguesa, religião e prendas domésticas, que reforçavam o papel da mulher ligado à família e à maternidade. Além disso, segundo os preceitos do modelo ultramontano, estava incluído em seu projeto pastoral um projeto educacional, ou seja: uma estratégia usada pela Igreja, que além dos seminários de formação do clero, abarcava a educação feminina. (CAMARGO; SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 3)

Tudo este investimento se via ameaçado pelas mudanças fomentadas a partir chegada da Corte portuguesa no Brasil, quando se multiplicavam os espaços públicos de leitura, como gabinetes de leitura, bibliotecas e livrarias (CASTRO, 2015). Em consonância a isso, pode-se observar, também, uma mudança nas condições de leitura para as mulheres, que passavam a ser fomentadas pela criação de colégios para moças, que além de incentivar a leitura, reiterava o papel da mulher de educadora (MANOEL, 2012). Incentivada pelos jornais oitocentistas (CASTRO, 2015), a leitura feminina veio acompanhada de um aumento das práticas de leitura oralizada, expandindo a compreensão do conceito de indivíduo leitor, sendo esta uma prática corriqueira nos ambientes domésticos do século XIX.

Neste sentido, uma das preocupações do jornal *A Cruz* dizia respeito à mulher leitora, conforme registrado logo nas suas primeiras edições, de forma sutil e gradual. Referia-se, especificamente, à literatura que era aceita e apoiada pela Igreja<sup>7</sup>, em artigos do jornal intitulados “A Mulher Católica” e “As Mulheres do Evangelho” (A CRUZ, n. 4, 8 de setembro de 1861, p. 4). Conforme o avanço das edições, essas aparições já se apresentam relativamente mais densas. No primeiro ano de publicação do jornal (1861), podemos perceber o início do apelo em relação à

---

<sup>7</sup> Registrando, também, uma preocupação no que tange às leituras ficcionais francesas, por exemplo, e reiterando a importância de se manter a leitura voltada para o que realmente importava, conforme os preceitos da Igreja. Reforçava, com isso, a ideia de que uma das poucas coisas que ligava a mulher ao mundo externo, desde o período colonial, era a leitura, que deveria por isso ser controlada, vedada com as fiscalizações impostas pelos maridos e pela Igreja. (MEZAN, 1993)

maternidade, frisando-se a importância da relação entre mãe e filho, sendo praticamente os únicos momentos em que a mulher é citada, salientando o papel de educadora e responsável por inculcar, desde o berço, os exemplos e valores cristãos, tal como a obediência<sup>8</sup>. Assim, afirmava-se:

É na doçura de sua voz, que seu filho cresce; é o calor de seu colo que aprende o exemplo do respeito, da caridade, e da obediência: fora dela só há rigor, severidade e mais fria indiferença. Só ela é capaz de arrancar seu filho das ondas do crime de voas entre labaredas que rodeiam seu berço para salva-lo [...]. O amor materno é pois um vínculo, que suspende ao céu, que a torna nobre e a eleva acima de tudo (A CRUZ, n.7, 29 de setembro de 1861, p.2).

Em sua sétima edição, o jornal conta com um tópico intitulado “O Amor Materno” (A CRUZ, n.7, 29 de setembro de 1861, p. 2), abordando de forma mais contundente o tema da maternidade. Desse modo, o jornal já inicia um processo de construção da ideia de que seria a “mãe” a figura responsável por educar e transmitir a seus filhos os conhecimentos sobre comportamento e religião e, conseqüentemente, por moldar os jovens cidadãos aos preceitos de uma educação religiosa ortodoxa, em uma sociedade moderna. Nas publicações seguintes, conseguimos observar um número crescente de citações envolvendo a associação do binômio “mulher-mãe”. Este binômio está ligado à ideia reiterada pela Igreja católica (DEL PRIORE, 2020), em que a maternidade aparece como uma condição social atribuída naturalmente à mulher, instrumentalizada pelo jornal como arma contra possíveis desvios dos preceitos cristãos.

É possível, ainda, reconhecer uma estratégia discursiva reproduzida pelo jornal, mediante a qual a repetição do binômio “mulher-mãe” em associação ao par conceitual “civilização-cristianismo”, criava o efeito de uma “similaridade” semântica para o leitor, entre estes pares conceituais, que passavam a ser tomados como correlatos. (KOSELLECK, 2006)

O apelo à educação materna no jornal, apesar de muito claro e direto, revela-se quase sempre de forma subliminar, denunciando sua conotação ideológica (ORLANDI, 2013). Um exemplo disso são as constantes comparações que o periódico traça entre a condição maternal da

---

<sup>8</sup> Tania Machado Morin, em seu trabalho “Virtuosas e Perigosas: As mulheres na Revolução Francesa” mostra que na própria França, a “Revolução acrescentou uma dimensão cívica à maternidade”, ficando subentendido que qualquer coisa que as afastasse a mulher “de sua missão fundamental prejudica a família e a sociedade” Dessa forma, percebe-se que mesmo fora do jornal A Cruz – e do seio de uma sociedade predominantemente católica - o papel da mulher no ambiente doméstico se relacionava à construção da nação, ao criar homens bons e dignos, que ao serem educados pelas mulheres na esfera privada, trariam melhorias ao âmbito público. (MORIN, 2014)

mulher e da Igreja. Ao afirmar que a Igreja seria uma “mãe”, o jornal reforça a ideia de que a instituição seria a responsável por educar a população na esfera pública, tal qual a mãe era a responsável por realizar esse mesmo papel na esfera privada. “Ancorados na ideia de ser a Igreja portadora da Verdade” (MANOEL, 2012, p. 6), os ultramontanos dedicaram diversas edições do periódico ao esforço de aproximar a figura da mulher à da Igreja, tentando criar no leitor a mesma confiança que existia pela mãe dentro da esfera privada, no papel da Igreja perante a sociedade como um todo. Assim, a própria Igreja se comparava à figura feminina, com a ressalva de que, segundo o jornal, “(...) a Igreja não é uma mulher, ela é mais que uma mulher, porque é mãe! Ella é mãe da Europa, a mãe da sociedade moderna, a mãe da moderna humanidade” (A CRUZ, n. 20, 29 de dezembro de 1861, p. 3)

Como forma de garantir a confiança da mulher leitora - potencial propagadora do discurso ultramontano do jornal -, seus editores utilizaram como estratégia a associação sutil da imagem negativa que a mulher carrega na Igreja - esta que, entre o séc. XII e o XVIII “identificou nas mulheres uma das formas do mal na Terra” (DEL PRIORE, 2020, p. 18) -, valorizado suas virtudes e colocando-a como a libertadora daquela que é a “mais próxima” de Deus, pela condição de geradora e criadora imposta pela maternidade. Por inúmeras vezes, a figura feminina era vista como responsável pelo sucesso dos homens e, dessa forma, tentavam inverter a conotação negativa, que associava a mulher ao pecado original<sup>9</sup>, conforme fica claro no trecho: “Bem-aventurado o homem, que tem uma boa mulher: porque dobrado será o número de seus anos.” (A CRUZ, n. 150, 26 de junho de 1864, p. 2)

A associação simbólica construída pelo jornal entre a mulher e a Igreja tinha como objetivo atingir um perfil específico de mulheres, que se adequassem às necessidades do projeto civilizador ultramontano. Mulheres que teriam as características necessárias para manter vivo o catolicismo, educando sua prole segundo preceitos cristãos. Ou seja, tratava-se de investir no papel da mulher progenitora, mãe de família, que tinha como principal dever “educar seus filhos de forma cristã. Dela vinha os valores e as tradições do catolicismo” (DEL PRIORE, 2020, p. 24).

---

<sup>9</sup> Para um aprofundamento sobre o tema do pecado original ver (MINOIS, 2021).

Num artigo que analisava a “condição da mulher e da família sob a influência do paganismo”, intitulado “A mulher, a família e a civilização”, surge a ideia de que a mulher fora do catolicismo seria uma “vergonha”, reforçando o pensamento ultramontano de detentor da verdade e da civilização. Além disso, a mesma edição pontua a importância da monogamia defendida pela Igreja católica, dizendo que sem ela “não há família, não há mais do que um desprezível rebanho de miseráveis mulheres dominadas pelo temor de um absoluto senhor” (A CRUZ, n. 40, 18 de maio de 1862, p. 2). Conforme Andrade:

Na construção de um ideal de mulher honesta, seu corpo martirizado dócil, virginal seria o exemplo do corpo feminino desejado. Um corpo que obedeceria a dogmas, não cometeria pecados, que preferia o martírio à perda de sua pureza enfim, um corpo feminino representado como a virgem ou a mãe” (DE ANDRADE, 2021, p. 93).

Neste mesmo artigo, o jornal concluía ser inevitável “admitir e confessar que com as ideias pagânicas não houve, não era mesmo possível a civilização”, porque na Grécia e Roma antigas simplesmente “havia inteira ausência do elemento civilizador”, sendo este um “fato essencialmente moderno”, devendo “seu nascimento ao cristianismo e a sua conservação à igreja”, “decorrendo da Cruz”. (A CRUZ, n. 40, 18 de maio de 1862, p. 2).

Portanto, revelando as camadas de significado acumuladas no decorrer da formação da sociedade brasileira, desde o período colonial, às quais se sobrepunham as representações teológicas sustentadas pela Igreja católica, o perfil da mulher reiterado nas páginas do jornal *A Cruz* prestava-se aos objetivos do projeto civilizador ultramontano. A mulher que educa seus filhos, que cumpre seu papel de esposa, que se assemelha à figura virginal de Maria e que, de forma invisível, seria o alicerce para as ações da Igreja romana (CAMARGO; SILVA; RIBEIRO, 2014). Justamente por ainda passar despercebida publicamente, poderia representar uma arma poderosa de combate às tendências secularizantes, reservando uma contribuição reclusa, embora estruturante de uma “sociedade perfeita”, cujo modelo era a Igreja.

### **Considerações Finais**

O presente artigo buscou analisar algumas dimensões do discurso ultramontano nas páginas daquele que pode ser considerado um dos seus porta-vozes, no Brasil na segunda metade do séc. XIX: o jornal *A Cruz*. A partir da análise das edições publicadas durante os quatro anos

de sua vigência, procuramos entender como fora concebido o papel da mulher, associado ao projeto civilizador ultramontano. Para tal, se fez necessário remeter às características ideais femininas enfatizadas pelo jornal a um estereótipo de longa duração, que remontava ao período colonial, bem como a formulações teológicas reiteradas pela Igreja católica, para, enfim, compreendermos como elas poderiam servir como armas ideológicas na sobrevivência do catolicismo, no contexto do avanço das tendências associadas à modernidade ocidental.

Nesse cenário, a tentativa de inculcar os ideais de uma “modernidade cristã”, conforme o paradigma tridentino retomado pela Igreja romana desde meados do século XIX, fazia das mulheres protagonistas do projeto civilizador ultramontano, com uma atuação restrita ao seio da família, onde desempenhavam o papel de mães, educadoras e esposas fiéis. Dispositivos discursivos estes associados aos atributos da própria Igreja, conforme procuramos demonstrar. Para tanto, os representantes do ultramontanismo tomaram como objeto de ação o corpo da mulher, bem como sua conduta moral, que funcionaram como “decodificadores de um processo civilizatório” em ação. (ANDRADE, 2021, p. 93) Afinal, reconhece-se:

[...] é fato que a Igreja Católica apropriou-se da educação como um meio de impor suas ideias perante o mundo, pois a educação feminina, segundo os preceitos do projeto ultramontano, estava delineada por princípios religioso-católicos, baseando-se na disciplina, na renúncia e na obediência. (CAMARGO; SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 8).

Dessa forma, moldar o perfil da mulher, mãe, cristã, católica seria uma das condições imprescindíveis para o sucesso do projeto civilizador ultramontano. E nisso, o jornal *A Cruz* seria enfático, lembrando em quase todas as suas edições o modelo ideal da figura feminina, moldando de forma pedagógica e por práticas “disciplinatórias” (ANDRADE, 2021) seu projeto de civilização cristã, por meio do corpo, dos hábitos e comportamentos da mulher.

### Referências bibliográficas

A CRUZ - *Jornal religioso, literário, histórico e filosófico*. Disponível em:

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**. Mulheres da Colônia. Rio de Janeiro: Edunb José Olympio, 1999.

ANDRADE, Solange Ramos de. Histórias das religiões e fontes impressas: jornais, periódicos e manuais de civilidade. In: FONSECA, André Dione; MARIN, Jéri Roberto (orgs.). **História, Imprensa e Religião**. Curitiba: Editora Appris, 2021. p. 61-101.

ASAD, Talal. **Formations of the Secular: christianity, islam, modernity**. California: Stanford, 2003.

BENAVIDES, Gustavo. **"Magic, Religion, Materiality"**, in: Historical Reflections/ Réflexions Historiques, 23/3, 1997.

CAMARGO, K. G. F.; SILVA, Maria Aparecida Alves; RIBEIRO, B. O. L. O catolicismo ultramontano: um estudo sobre a instrução feminina no Colégio Sant'Anna no findar do século XIX até meados do século XX. In: **XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste**, 2014, Goiânia. Pós-graduação e Pesquisa em Extensão: contradições e desafios para a transformação social, 2014.

CASTRO, Valdiney Valente Lobato de. Quem eram os leitores cariocas do século XIX. **Interfaces**, Vol. 6 n. 2 (dezembro 2015), pp. 40-50.

COELHO, Allan da Silva. Secularização e Laicidade: abordagens destoantes para pensar a modernidade. **Impulso**, Piracicaba, 26(67), pp- 85- 98, set- dez 2016

CORDI, Cassiano. **O Tradicionalismo na República Velha**. 1984. 189f. Tese. (Doutorado em Filosofia). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

COSTA, Isadora de Mélo Escarrone, *O Jornal das Senhoras e A Esperança*: Aproximando as páginas e revelando os contextos, in: Anais Eletrônico do XIII Encontro Estadual de História: "História e mídias: narrativas em disputas", Recife, 2020. v. XIII. p. 1-15.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Planeta, 2020.

\_\_\_\_\_. **Ao sul do corpo**. Condição feminina, maternidades e mentalidades. 2ª. Ed., Bauru: Unesp, 2009.

DI STEFANO, Roberto. Modernidad religiosa y secularización em la Argentina del siglo XIX. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (org.). **Política, Religião e diversidades**: Educação e Espaço Público (v.1). Florianópolis: ABHR/ Fogo, 2018, p. 133- 147.

FERES JR., João. O conceito de civilização: uma análise transversal, in: Javier Fernández Sebastián (dir.), **Diccionario político y social del mundo ibero-americano**. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014, vol. II, tomo 1.

- FONSECA, André Dionei; MARIN, Jérri Roberto (orgs.). **História, Imprensa e Religião**. Curitiba: Editora Appris, 2021.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEONARDI, Paula. Igreja católica e educação feminina: uma outra perspectiva. **Revista Histedbr on-line**, v. 9, n. 34, p. 180-198, 2009.
- MANOEL, Ivan A. O início da educação católica feminina no Brasil (1859-1919): os colégios das “freiras francesas”. **Páginas de Educación**, v. 5, n. 1, p. 115-134, 2012.
- MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. **Revista Ibero-americana de estudos em educação**, 2010.
- MINOIS, Georges. **As origens do mal: uma história do pecado original**. Bauru: Unesp, 2021.
- MONTERO, P. *Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil*. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 74, pp. 47-65, 2006.
- MORIN, Tânia Machado. **Virtuosas e Perigosas. As mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo: Alameda, 2014.
- NEVES, F. R. A voz e a pena a serviço da Igreja. A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX. In: **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia - GT de História da Mídia**, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo>.
- NOVAIS, Fernando A., Condições de privacidade na colônia, in: SOUZA, Laura de Mello (org.). **História da vida privada no Brasil**, v.1, Companhia das Letras, 1997, pp. 114-39.
- O APÓSTOLO**. Periódico Religioso, Moral e Doutrinário, consagrado aos interesses da Religião e da Sociedade. Rio de Janeiro, 1866-1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. 11ª edição. Campinas: Pontes, 2013.
- \_\_\_\_\_. **A Linguagem e seu funcionamento**. As formas do discurso. 4ª edição. Campinas: Pontes, 1996
- RAMIRO JR., Luis Carlos, O conceito de civilização e o discurso ultramontano no Brasil, in: **Ariadna histórica**. Lenguajes, conceptos, metáforas, n. 5 (2016), p. 80. Disponível em: <http://www.ehu.es/ojs/index.php/Ariadna/index>.
- REIS, Laura Junqueira de Mello. As mulheres no periódico Marmota (1849-1864): Escritos, estratégias e noções de civilidade. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2020, 136 f.

- SALES, Carla da Silva de. A imprensa que educa: O Jornal das Senhoras e a formação moral e intelectual feminina (1852-1855). Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019, 113 fls.
- SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. **Reflexão**, v. 42, n. 2, p. 161-181, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- \_\_\_\_\_. “Afastemos o Padre clero da política! A despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Império”, **Mneme**, v. 12, p. 187-207, 2011
- \_\_\_\_\_. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo-Reforma. **Temporalidades**, v. 2, n. 2, p. 24-33, 2010.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da; CARVALHO, Thais da Rocha. A Cruzada ultramontana contra os erros da modernidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, 2019.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião (Online)**, v. 18, p. 542-569, 2020.
- \_\_\_\_\_. “Matrizes da Teologia Política no pensamento ultramontano brasileiro do século XIX”, in: **Anais do VII Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião: Religião e Crise Socioambiental**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 17 a 20 de setembro de 2019.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. Periodismo ultramontano y la transnacionalización del catolicismo decimonónico desde Brasil, **Debates de Redhisel**, v. 3, p. 59-82, 2021.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da; MARTINEZ, I.; STEFANO, R.; MONREAL, S. Religión y Civilización en Argentina, Brasil y Uruguay (1750-1899). **Ariadna histórica**. Lenguajes, conceptos, metáforas, v. 9, p. 17-52, 2020.
- SILVA, Letícia Ferreira de; CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 12, 2014.
- SERBIN, Kenneth. P. **Padres, Celibato e Conflito Social: uma história da igreja católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- VATTIMO, Gianni. **O fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- XAVIER-GUERRA, François. **Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. **Encuentro**. 2009.
- ZANOTTO, Gizele. A análise do discurso como instrumento metodológico para o historiador da religião. In: SILVA, Ana Rosa Clochet da; DI STEFANO, Roberto (orgs.). **História das religiões em perspectiva: desafios conceituais, diálogos interdisciplinares e questões metodológicas**. Curitiba: Primas, 2018, pp. 335-362.